

Ex-presidente da Câmara diz que integrantes das Forças Armadas são comprometidos com o Brasil e não vão querer entrar em aventura indesejada, como um golpe de Estado. Ele afirma que Bolsonaro se transformou “num fator de turbulência e instabilidade”

“Militares têm responsabilidade”

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



» VICENTE NUNES
» JOÃO VITOR TAVAREZ*

Ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo disse não ver possibilidade de um golpe de Estado no Brasil, apesar do momento de turbulência que atinge o país: o presidente Jair Bolsonaro tem subido o tom das críticas ao Judiciário e ameaçado as eleições de 2022. Além disso, o chefe do Executivo busca respaldo nas Forças Armadas.

“O acirramento concentra-se mais na esfera política e por isso, creio, não tenha capacidade de gerar um fenômeno indesejado ao país, como um golpe de Estado. Não há forças capazes de promover uma aventura dessa natureza”, frisou Rebelo, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília.

Questionado sobre como está o clima nos quartéis em meio aos embates na República, o ex-ministro da Defesa frisou que militares da ativa, em geral, não comentam sobre política no país. “Aqueles da reserva são quase civis. Manifestam-se politicamente. Mas quem comanda a tropa são os profissionais da ativa. E estes permanecem em silêncio, pois agem dentro da legalidade”, ressaltou. Veja os principais trechos da entrevista.

Como vê este momento político acirrado no país?

É necessário observar o panorama político com serenidade. O Brasil vive, de fato, um momento de turbulência. Contudo, o país continua se dedicando às outras funções. O acirramento concentra-se mais na esfera política e, por isso, creio, não tem capacidade de gerar um fenômeno indesejado ao país, como um golpe de Estado. Não há forças capazes de promover uma aventura dessa natureza, em que pese o presidente da República, que deveria ser o chefe da busca pela conciliação, ter se transformado num fator de turbulência e instabilidade.

Essa turbulência atrapalha muito a economia, como o recuo do Produto Interno Bruto, da produtividade industrial, da renda e na vida dos brasileiros em geral.

A instabilidade agrava o que já é difícil, a economia. O Brasil vive um processo de estagnação econômica e, por isso, não consegue retomar o crescimento. Quando o país cresce, há dinheiro para qua-

se tudo (setores). Quando não cresce, não se tem recursos para nada. A economia também vive um processo inflacionário em cima dos mais pobres, encarecendo o preço do gás, da gasolina e dos gêneros de primeira necessidade. Outro ponto é a multiplicação da pobreza, marcada pela redução da renda dos mais pobres. Somado a isso, temos um país isolado internacionalmente. Briga frequentemente com países vizinhos e outros, como a China. É uma situação muito difícil.

Esse é o motivo para os “donos do dinheiro” se divorciarem de Bolsonaro?

A economia precisa de estabilidade política, digo, institucional, outra área que vive um conflito, que é natural na democracia. Mais do que isso. É quase um momento de confronto. Então, isso gera insegurança institucional e jurídica, o que gera descon-

fiança na economia e, por isso, assume posição crítica em relação ao governo e, sobretudo, ao presidente da República.

Como ex-ministro da Defesa, o senhor tem conversado muito com militares para medir o clima nos quartéis. O que tem ouvido deles referente a esta tensão política?

Os militares da ativa são transformados, indevidamente, em protagonistas. Aqueles da reserva são quase civis. Manifestam-se politicamente. Mas quem comanda a tropa são os profissionais da ativa. E estes permanecem em silêncio, pois agem dentro da legalidade. Não podem opinar sobre a situação política. A exceção é um caso ou outro isolado. A maioria cumpre sua tarefa institucional.

Acredita em engajamento de militares num eventual golpe de Estado?

Não creio, pois o ambiente po-

lítico, no Brasil e no mundo, é muito diferente de 1964 (início da ditadura militar no país). Naquele ano, os militares receberam um apelo da mídia para realizar intervenção armada. Grandes editoriais da época e entidades pediam o golpe. Indústrias, setores do agronegócio, políticos e outros segmentos queriam um golpe. Hoje em dia, não vejo esse movimento. Militares têm grandes responsabilidades no país em diversas frentes. Então, não vão querer entrar nessa aventura.

E de polícias militares?

Também não acredito. Policiais da ativa têm deveres a cumprir. Ainda que tenham simpatia pelo presidente da República, não vão se engajar em uma aventura de golpe.

Como avalia o movimento para o 7 de Setembro? Pode ser um ponto de ruptura?

Não creio que será ponto de ruptura. Mas é um ponto de confusão. Sete de setembro é a data magna do Brasil. É um momento sublime da nossa pátria, quando conquistamos a independência, e deve ser celebrado como um evento de todos os brasileiros, mas, agora, vamos às ruas para um conflito entre as pessoas. É legítimo que adeptos de Bolsonaro se manifestem? Sim, acho que é, assim como os opositores se manifestem. Mas é errado escolher o 7 de Setembro para isso. Há mais de 300 dias no ano. Por que escolher o dia da pátria para dividir o Brasil? É inaceitável!

Há segmentos produtivos e neofascistas defendendo o evento?

Teve gente ameaçando invadir o Congresso e o STF (Supremo Tribunal Federal), o que só aconteceria caso os dois órgãos não tivessem autoridade nenhuma. Agora, não vi os chefes dessas institui-

ções se manifestarem duramente, com linguagem incisiva. Até porque são instituições democráticas. Não podem ser ameaçadas.

O STF tem cometido excessos, como alega Bolsonaro?

Claro que tem cometido, mas como se enfrentam os excessos do Supremo? Com ameaça aos ministros e à Corte? Não. Isso só credencia o STF a promover excessos, que não são de hoje.

Como impor limites para todos?

Uma das possibilidades é passar por uma nova Constituição. Infelizmente, hoje, não a temos mais, pois virou a interpretação do STF.

Bolsonaro sancionou a Lei de Segurança Nacional, mas vetou o trecho que trata da disseminação de fake news e o que aumenta a condenação de militares que cometerem excessos. Como avalia?

Primeiro, o país precisa de uma Lei de Segurança Nacional. O mundo, hoje, é carregado de inseguranças e ameaças em diversas áreas. Segundo, esse dispositivo não é para proteger crimes e erros de governantes. Tem de servir para proteger a segurança da nação, inclusive, se necessário, contra os seus governantes. Criou-se uma ideia de que a Lei de Segurança Nacional ameaça os direitos individuais, e não deve ser assim. Em relação às fake news, o tema fica numa fronteira entre a proteção contra ilícitos cibernéticos e a violação da liberdade de opinião. É uma matéria muito difícil e controversa no momento.

O que levou o país a eleger Bolsonaro à presidência? Ele tem chance de recondução?

O processo de combate à corrupção destruiu boa parte do mundo político. Então, quase nada ficou de pé. Na poeira dos escombros, ficou Jair Bolsonaro, que trouxe a imagem de militar e sem envolvimento com corrupção. As pessoas consideraram que ele pudesse resolver o problema (do país). Mas, como os brasileiros não conheciam direito Jair Bolsonaro, sequer imaginariam que ele, no exercício da função, ia atrapalhar. O Brasil é muito mais complexo em relação ao que Bolsonaro projetava. Vejo com dificuldade a reeleição.

* Estagiário sob supervisão de Cida Barbosa

Bolsonaro diz que feriado será de paz

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro disse, ontem, que “ninguém precisa temer o 7 de Setembro”, numa referência às preocupações de políticos e instituições de que as manifestações marcadas por apoiadores do governo, no feriado, se configurem numa tentativa de ruptura institucional.

“Alguém já me viu brigando com algum poder, alguma instituição, a não ser algo pontual? O Brasil está em paz, no meu entender. Está faltando uma ou outra autoridade ter a humildade de reconhecer que extrapolou e trazer a paz ao Brasil. Ninguém precisa temer o 7 de Setembro”, ressaltou, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

Bolsonaro ironizou pronunciamento feito pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, na abertura da sessão de ontem da Corte, sobre as manifestações previstas para o 7 de Setembro. O ministro defendeu a democracia e enfatizou que “liberdade de expressão não comporta violências e ameaças”.

“O que essas pessoas estão fazendo lá? O que elas estão pedindo? O que elas estão clamando a

Alan Santos/PR



Bolsonaro enfatizou: “Ninguém precisa temer o 7 de Setembro”

não ser aquilo que o ministro Fux disse hoje (ontem) em sua sessão: ‘Não pode haver respeito à democracia se não tiver respeito à Constituição’. Parabéns, mais uma vez, ministro Fux. É isso que eu quero, Vossa Excelência quer, Lira quer, Pacheco quer. Todos nós queremos”, disse Bolsonaro, numa referência, também, aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). “Mas, muitas vezes, falta a gente olhar para dentro de nós mesmos, para ver se não somos aquela pessoa que está turvando aquela água. O que é turvar aquela água? É a nossa paz aqui. Quantas vezes engulo sapo pela fossa lacrimal? Agora, não é só o Executivo que tem de engolir sapos.”

O presidente negou ter organizado as manifestações pró-governo, apesar de ter convocado apoiadores, nas últimas semanas, a comparecerem aos atos no feriado. “Não estou organizando nada para o dia 7, apenas estou sendo convidado”, afirmou.

Ele repetiu que os protestos da semana que vem serão pacíficos. “O que vai acontecer dia 7? Vai acontecer um dos atos mais bonitos da nação. O povo, de forma voluntária, vai com a camisa verde e amarela, com sua família. Este mesmo povo, como em movimentos anteriores, não depredaram um só prédio público, não tocaram fogo em pneu, não atiraram pedra em policiais, porque são pessoas do bem.”

Lei sem punição a fake news

» CRISTIANE NOBERTO

Com cinco vetos, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.197/2021, que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN), criada na ditadura militar. Entre os trechos excluídos pelo chefe do Planalto, estão o que criminaliza “comunicação enganosa em massa”, as chamadas fake news, e o que aumenta em 50% a pena para militares que atentarem contra o Estado de direito. A decisão foi publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* de ontem. Os vetos serão analisados pelo Congresso, que poderá mantê-los ou derrubá-los.

A lei propõe inserir a “comunicação enganosa em massa” no Código Penal. Os parlamentares definiram como crimes promover ou financiar “campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabe inverídicos capazes de comprometer o processo eleitoral”. As penas vão de um a cinco anos de prisão e multa. Como justificativa para o veto, Bolsonaro afirmou que o dispositivo não deixa claro quem seria criminalizado: o responsável por gerar a notícia falsa ou quem a compartilhou, mesmo sem intenção de viralizar. O presidente ainda questionou se seria instituído um “tribunal da verdade” para definir o que é conteúdo inverídico.

Investigado

O presidente Jair Bolsonaro e aliados são investigados no inquérito que apura a divulgação em massa de fake news. A apuração está em andamento no Supremo Tribunal Federal e é um dos motivos dos ataques do chefe do Executivo à Corte.

O cientista político André César, sócio da Hold Assessoria, afirmou que Bolsonaro fez o esperado. “Nas fake news, muita gente da classe política se beneficia, independentemente de lado. Alguém tem que ser responsável por colocar a mão num vespeiro na frente de todos. Quando Bolsonaro faz isso, há vantagens para os congressistas, pois não precisam se expor contrariamente”, explicou.

Proporcionalidade

Sobre a exclusão do trecho que aumentava a pena para crimes de militares, inclusive com perda de patente e graduação, Bolsonaro argumentou que o artigo fere o princípio da proporcionalidade, pois os militares seriam mais punidos do que outros agentes. Para Thiago Turbay, advogado criminalista, sócio do

escritório Boaventura Turbay Advogados, o acréscimo realmente é desnecessário. “Contudo, as Forças Armadas têm o domínio da força e uma série de vantagens históricas”, destacou.

Também foi vetado o dispositivo que prevê punição a quem impedir, mediante violência ou grave ameaça, “o livre e pacífico exercício de manifestação”. O presidente frisou que o trecho foi excluído para “evitar insegurança jurídica na manutenção da ordem”, pois não seria possível identificar, no momento da ação, “o que viria a ser manifestação pacífica, e ocasionar uma atuação exagerada, colocando em risco a sociedade”.

Outro veto é relacionado ao aumento, em 1/3, da pena para servidores públicos que cometam violência grave ou com armas de fogo. Bolsonaro destacou que o cargo ocupado não justifica a elevação da punição.

Ele vetou, ainda, o trecho que permita a partidos com representação no Congresso, mover ação sobre crimes contra instituições democráticas no processo eleitoral, se o Ministério Público não atuar no prazo estabelecido em lei. Para o chefe do Planalto, “não é atribuição de partido político intervir na persecução penal ou na atuação criminal do Estado”.